

Políticas culturais: ampliação e amadurecimento

Andrea Vicente Toledo Abreu

Graduada em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras de Cataguases (1994); especialista em Informática na Educação pela Universidade Federal de Lavras (2000); especialista em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2001); mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2010).

andreatoledo4@gmail.com

Resumo

Políticas públicas de cultura são pauta de grandes estudos, debates nacionais e internacionais por já estar entendido serem elas tão importantes quanto as de saúde, segurança, habitação e educação. O que ainda se precisa são investigações nos pequenos municípios interioranos. É essa lacuna que este artigo procura dissipar, trazendo para o debate político e acadêmico as políticas públicas da Zona da Mata Mineira. Para isso, foi feito um mapeamento de suas instituições, ações e programas de cultura por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa com entrevistas com seus gestores. E, quando se associa seus resultados, constata-se que, apesar das autênticas queixas quanto à falta de recursos financeiros, infraestrutura e mão de obra qualificada, as instituições têm realizado projetos que conferem às políticas culturais patamar elevado. No entanto, há que se ressaltar que, para que atinjam seus objetivos, serão necessários também investimentos imateriais, como a capacitação de seus gestores e colaboradores, a compreensão de políticos e da comunidade local sobre a importância das produções de bens e serviços culturais, destacando que estas devem ser continuadas e trabalhar a diversidade.

Palavras-Chave: políticas, públicas, cultura

Introdução

As mais diversas elaborações humanas são cultura na medida em que fazem parte do modo de vida em sociedade. O conceito de cultura como modo de vida não exclui o de produções artísticas porque em ambas o valor atribuído está no significado coletivo. O significado existe e é importante tanto para grupos religiosos, quanto para uma plateia que assiste a um monólogo. Para Raymond Williams (1992), a arte deve ser interpretada como um processo não dissociado da sociedade. Ela é cultural tanto quanto as demais práticas humanas. O termo cultura poder ser usado tanto para significar práticas sociais, quanto para produções culturais, ambos entendidos como sistema de significados, possibilitam a ampliação do leque de interpretações e assim a cultura passa a ter papel fundamental em definições de ‘artes’ e ‘humanidades’.

A definição de cultura cunhada por Raymond Williams, por sua completude e abrangência foi referência no estudo que se apresenta. Além desta, buscou-se fundamentação no Ministério de Assuntos Culturais da França, criado em 1959, se tornou marco e referência internacional na institucionalização do campo da cultura. Assim sendo, para definir políticas culturais, Lia Calabre (2007) traz a baila o estudo de Philippe Urfalino sobre a “invenção da política cultural da França”, em que o autor chama a atenção para o fato de que as políticas culturais evoluem a partir do somatório de ações dos segmentos administrativos, dos organismos em geral e dos meios artísticos interessados e acrescenta que, para a elaboração dessas políticas, deve-se partir da percepção da cultura como bem da coletividade.

Para uma ação se tornar uma política cultural, deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade. Ações na área da cultura com visão limitada ao acontecimento episódico, ao evento, inclusive por muitos dos gestores da área pública, diminuem o alcance das políticas que direcionam e produzem também cultura. A autora lembra que são necessárias diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados

com a cultura, assim como em qualquer processo de gestão.

As políticas públicas de cultura na Zona da Mata Mineira, objeto de estudo de dissertação defendida em 2010, na Universidade Federal de Juiz de Fora, deu origem a este artigo. Para sua realização, foi feito o mapeamento das instituições, ações e programas de cultura da região por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa com entrevistas com seus gestores, que, além de respondê-las, disponibilizaram *folders*, *sites*, livros, CDs, DVDs e outros materiais produzidos, que serviram de base para conhecimento das políticas culturais desses municípios. Esta pesquisa foi atualizada em 2012, quando se voltou às principais cidades promotoras de cultura - Além Paraíba, Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Muriaé, Ubá e Viçosa - com intuito de verificar se houve avanços e/ou retrocessos nesses dois anos, com o aporte da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Diante disso seus dados foram atualizados e suscetíveis à fundamentação de um artigo científico.

Além de Lia Calabre (2007), Gilberto Barbosa Salgado (2005) por meio do ensaio “*Desigualdades culturais e modernidade periférica*”, é aqui referência por abordar políticas públicas de cultura no Brasil. Nele, Salgado utilizou como argumento central o controle cultural que tem como efeito a desigualdade cultural, a cada dia mais crescente na América Latina. Como instrumentos para mantê-los, citou o que chamou de “fossos culturais” e “mascaramentos identitários”.

A desigualdade cultural, definida pelo autor, como tão excludente quanto a de renda, de escolaridade, de entrada no mercado de trabalho, de acesso ao ensino superior, de pobreza e de miséria, de qualidade de vida, de proteção à violência e à criminalidade, bem como das demais mazelas que assolam o país não deve ser tratada como “perfumaria”. Tal atitude só aumentará o “fosso” que o indivíduo precisa atravessar para alcançar a “cidadania cultural”. No que se refere ao caso específico brasileiro, a preocupação de Salgado se manifesta na passagem em poucos decênios da cultura oral para a cultura eletrônica sem a mediação da cultura letrada, o que acarretou o aumento do número de jovens que não conseguem realizar operações básicas algébricas e

compreender e interpretar textos básicos.

Considera-se este trabalho atual e necessário por poucos serem os estudos empíricos sobre políticas públicas de cultura no interior de Minas Gerais. A importância de se conhecer o crescimento, a expansão e a modernização dessas políticas faz do tema abordado relevante para o seu crescimento. É sabido, que a região delimitada para o estudo está repleta de problemas essenciais e é compreensível, apesar de não ser aceitável, que a política cultural não ocupe lugar de destaque em sua agenda pública. Não se trata, portanto, de destacar a baixa atenção ao tema como uma simples crítica, mas contribuir no sentido de retirar a política cultural do relativo adormecimento em que se encontra e trazê-la para o debate político da região.

1 O contato com manifestação artístico-cultural faz repensar, enriquece o indivíduo

O “Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais” – Munic 2006 - do “Instituto Brasileiro de Geografia Estatística” (BRASIL, 2007), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC) mostra que, em 72% dos municípios brasileiros, os órgãos gestores de cultura funcionam em conjunto com outras áreas; em 12,6%, o setor é subordinado a outras secretarias; que 84% de órgãos gestores não são exclusivos de cultura; e que, em 6,1% dos municípios, a cultura está vinculada diretamente à chefia do executivo. Nesses casos, segundo a pesquisa, ela costuma ser vista como uma área produtora de eventos que beneficiem a imagem do gestor.

O estudo de Mônica Starling (2012), publicado no artigo “*Estado e políticas públicas de cultura: os desafios da descentralização*”, analisa entre outros assuntos relevantes para o tema aqui abordado, as “políticas de financiamento implementadas no âmbito estadual e a estruturação institucional do setor cultural no nível municipal, incluindo a rede de equipamentos municipais de cultura” (STARLING, 2012, p.17) e mostra que, por meio da descentralização dos recursos e de interiorização dos benefícios da atividade cultural, esse

panorama tem evoluído.

Starling sustenta que existe uma expansão da esfera municipal no financiamento da atividade cultural. Fundamenta-se em dados da Secretaria do Tesouro Nacional, para evidenciar que

[...] enquanto a participação dos municípios no financiamento da atividade cultural evoluiu de 40%, em 1994, para 51%, em 2002, nível que vem mantendo relativamente estável desde 1995, a do governo federal caiu de 19% para 13%. O mesmo ocorreu com os dados dos estados, cuja participação relativa diminuiu de 41% para 36% nesse mesmo período (STARLING, 2012, p.6).

Para pensar as políticas públicas de cultura no Estado de Minas Gerais, mais especificamente na Zona da Mata, buscou-se referência na visão macro do IBGE, assim como nos dados disponibilizados pela Fundação João Pinheiro, e pôde-se, então, conhecer as ações, diagnosticar os problemas e, principalmente, crescer com as experiências. As informações aqui apresentadas foram a forma encontrada para poder contribuir com a cultura na região.

Mesmo com o avanço apresentado por Starling (2012) a pesquisa quantitativa não apresentou resultados animadores. Entre as 143 cidades pesquisadas na Zona da Mata Mineira, poucas são as que contam com incentivos reais à cultura originários de leis municipais. As cidades de Juiz de Fora, Muriaé, Senador Firmino e Cataguases são os escassos exemplos.

Existem, principalmente, carências de verbas e pessoal qualificado. Os investimentos anuais mostram a necessidade de maior incentivo no interior do Estado, onde 24% das instituições investem o valor máximo de R\$10.000,00 (dez mil reais) e 34% até R\$100.000,00 (cem mil reais). Quantias maiores, apenas 24% têm condições de dispor. Essas dificuldades orçamentárias são responsáveis por vários entraves. Devido a elas, em apenas 48% das instituições, os funcionários fazem parte do quadro fixo. As demais recorrem a diferentes meios em busca de aliviar a folha de pagamento: 18% por meio de parcerias, 36% do trabalho voluntário e 18% de estagiários. A escassez de recursos também leva à dificuldade no desenvolvimento de projetos, queixa constante dos gestores

culturais: “Obstáculo, mesmo, tem uma só origem: fonte de recursos. Se não há, fica quase impossível tocar os projetos”; “O maior desafio é a sustentabilidade do projeto, principalmente financeira”; “Não podemos ainda oferecer total gratuidade aos participantes, pois necessitamos sobreviver”; “Hoje o maior obstáculo se resume à questão de ordem financeira”; “Faltam recursos financeiros, falta apoio por parte dos governos: estadual e federal.”; “Falta apoio financeiro de empresas e do poder local” (ABREU, 2013, p. 92). Outros entraves encontrados, relacionados ao orçamento, apontaram para os problemas com a infraestrutura e a falta de apoio financeiro do Estado. A posição tomada frente à falta de local apropriado para o desenvolvimento dos projetos é avigorada por meio de depoimentos, como: “Não temos infraestrutura suficiente para ampliar mais os nossos projetos”; “O maior obstáculo é a falta de um local para público maior. Faltamos um auditório”; “Falta espaço físico adequado para as oficinas e para apresentações”; “Os maiores obstáculos encontrados são a falta de espaço físico fechado para exposições e apresentações de peças teatrais e músicas”. (ABREU, 2013, p. 92). A falta de espaço para eventos que necessitem abrigar um maior número de pessoas, como peças teatrais, palestras e seminários foi apontada por 68% dos entrevistados; pouco mais da metade das instituições possuem bibliotecas (52%), número reduzido e com o agravante de que a qualidade e a quantidade dos livros existentes serem insuficientes; computadores e internet estão presentes em 80% e 74% respectivamente, o que é um dado satisfatório, visto que a necessidade da conexão é fundamental, seja para pesquisas, divulgação do trabalho, interação ou venda de produtos. Por último, outra carência institucional significativa, é o espaço para exposições de artes, em que o percentual negativo chega a 72%.

Os recursos provêm em sua maioria de parcerias (48%), patrocínios (42%) e da “Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais” (40%). A “Lei Rouanet”, principal lei de incentivo à cultura brasileira, ainda se encontra distante dos projetos do interior de Minas Gerais, atingindo apenas 18%. As prefeituras são as principais apoiadoras (76%); poucas instituições são reconhecidas como de utilidade pública

municipal (28%), estadual (12%) e/ou federal (8%) e menos ainda pela “Fundação Abrinq” (2%); apenas 14% recebem apoio do “Programa Cultura Viva” (ação do Ministério da Cultura que contempla iniciativas culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária); e 12% são Pontos de Cultura (iniciativas da sociedade civil, realizadas por meio de convênio com o Ministério da Cultura, responsáveis por articular e impulsionar ações culturais que já existem nas comunidades).

Apesar de 44,9% das instituições necessitarem de pessoal capacitado para gerir e desenvolver projetos, 78% dos entrevistados afirmam não necessitar de incentivo intelectual que o Estado possa oferecer, demonstrando incoerência entre as respostas. A falta de pessoal qualificado é um dado prejudicial tanto para o desenvolvimento da cultura em suas diferentes áreas, quanto para a busca do fomento aos projetos e requer cuidados quando se almeja promover políticas públicas consistentes. Cabe, então, aos gestores culturais além da busca por recursos financeiros e infraestrutura, a seleção de pessoas com conhecimentos específicos para as diferentes áreas de atuação, assim como a promoção de cursos de qualificação dos já envolvidos.

Para atenuar essa realidade, algumas ações são arranjadas em busca da capacitação periódica desses profissionais. Das instituições que oferecem cursos a todos os colaboradores, independente de sua formação ou atuação, 16,7% o fazem anualmente, 50,0% sempre que se faz necessário e 33,3% esporadicamente; dos cursos oferecidos de acordo com o tipo de atividade do colaborador, 6,3% acontecem anualmente, 56,3% sempre que se faz necessário e 33,3% esporadicamente; das instituições que oferecem cursos de ambas as formas, 80% o fazem quando se faz necessário e 20% esporadicamente.

Os dados recolhidos mostram a tendência das instituições em não levar a atividade do colaborador em consideração quando oferecem cursos de aperfeiçoamento. Esse tipo de ação necessita ser reavaliada e ter como objetivo potencializar a atividade exercida pelo trabalhador da cultura. Troca de experiências e

ideias inovadoras é o mínimo que se acrescenta nesses casos.

O quadro de funcionários varia de 2 a 130 pessoas, sendo que 67,53% não possuem curso superior. A preferência para contratação está concentrada na área da educação (Pedagogia 56%, História 50%, Letras 38% e Normal Superior 34%). Profissionais ligados às artes encontram-se em porcentagem reduzida (16%), e a opção pela contratação de historiadores se dá por grande parte das prefeituras terem como iniciativa primordial a conservação do patrimônio histórico e a educação patrimonial.

Quando indagados sobre *marketing* cultural, 40% das instituições dizem não utilizá-lo. Dos que usam, 20% o fazem no comércio local; 4%, no comércio nacional; 16%, nas feiras; 8%, em congressos e simpósio; e 2% por meio de exportação. O *marketing* cultural é, portanto, realizado por 50% das instituições e seus meios de divulgação múltiplos. Os principais são jornais (46%), *internet* (36%), cartazes (36%), panfletos (36%) e rádios (36%), mostrando a opção pelos mais populares ou que requerem menor custo. Poucas são as instituições que utilizam mala-direta (16%), *outdoors* (12%) ou que possuem revistas institucionais (12%). TVs e revistas apareceram raramente na pesquisa, 6,1% e 8%, respectivamente. Como estratégias, 20% possuem assessoria de comunicação própria, 20% terceirizam os serviços e 18% trabalham com a divulgação dos trabalhos de ambas as formas. Divulgar o trabalho realizado pode trazer benefícios às políticas culturais, seja na busca de parcerias, na formação de público, na venda de produtos ou na valorização dos profissionais envolvidos, além de evitar falhas como as diagnosticadas nas falas dos gestores que clamam por maior divulgação de seus trabalhos e têm como um dos obstáculos a promoção da cultura o “apoio restrito da mídia na divulgação das propostas” e a “falta de trabalho em rede e divulgação” (ABREU, 2013, p. 96).

Sobre a elaboração dos projetos, 30% das instituições os têm apresentados por seus colaboradores, 4% recebem as propostas de terceiros e 50% de ambas as formas, atitude vantajosa por ampliar o leque de atividades desenvolvidas e a

diversidade cultural. Entre os gêneros socioculturais mais apoiados estão o artesanato (62%), as bandas (58%) e a música (58%). Direitos de grupos e minorias (8%), economia solidária (12%), novas tecnologias (14%) e gastronomia (14%) foram os menos encontrados. A leitura (38%) e a literatura (28%), basilares na promoção do indivíduo, também são pouco estimuladas, transformando-se numa espécie de “prima pobre” dos demais gêneros. As bibliotecas, por estarem presentes em 48% das instituições e passarem a impressão de certo equilíbrio nas políticas públicas de leitura, não podem, por isso, garantir a qualidade dos exemplares que possuem, mantendo, assim, a tendência ao pouco incentivo na formação de leitores.

Quando perguntados sobre seus projetos mais significativos, os gestores culturais apontaram artesanato, esportes e recreação, bandas de música, dança, informática e educação patrimonial. A diversidade de atividades culturais aparece significativamente, enriquecendo a cultura da região por meio de ações, como educação cultural, teatro, bibliotecas, congado, blocos e grupos de percussão, Pontos de Cultura, cultura popular e cívica, doces artesanais, polpa de frutas, fabricação de cestas com buriti, educação e pesquisa, arquivos públicos, artes plásticas, encontro de corais, gastronomia, gestão ambiental, programas de qualificação profissional, festival de teatro de rua, cursos de contação de histórias, festivais de música, circuito turístico, audiovisual, arquitetura pública, registro do folclore, informática, educação de jovens e adultos e doutores palhaços.

Sobre o apoio a eventos culturais, as instituições concentram suas atenções no folclore (62%), nos festivais de música (60%) e nas feiras artesanais (54%). Os eventos literários, apoiados por 40% delas, mostram que a literatura na Zona da Mata Mineira é mais apoiada do que realizada. Os festivais gastronômicos (16%) e o cinema (20,4%) são escassos.

Para aplicação das ações, faz-se uso de praças, parques e ruas (76%), demonstrando a falta de ambientes apropriados para o seu desenvolvimento, o que limita sua expansão e diversificação. As cidades são carentes de museus, teatros e casas de cultura, sendo que 62% não contam com estruturas com esses fins.

Clubes e campos de futebol são usados em 26% delas como forma de sanar problemas com espaço e 48% dos projetos são desenvolvidos nas próprias instituições.

Constatou-se também que, apesar das dificuldades com infraestrutura, pessoal capacitado, investimentos e incentivos, os projetos abrangem um número significativo de pessoas ao se considerar que as cidades onde são desenvolvidos são de pequeno porte (com menos de 100.000 habitantes), exceção feita a Juiz de Fora. Verificou-se na pesquisa que 28% beneficiam entre 1.001 a 10.000, 16% entre 501 a 1.000, 16% entre 101 a 500, 14% entre 0 a 100 e 20% mais de 10.000 pessoas anualmente.

As iniciativas atingem público de diferentes idades. Prevaecem, no entanto, os direcionados aos adolescentes e crianças, 78% entre 1 e 14 anos, 82% entre 15 e 19 anos e 80% entre 20 e 25 anos. Essa escolha tem como fator de influência, ações do Governo Federal, como o “Programa Cultura Viva”, que investe em projetos que apoiem a juventude. A comunidade apareceu como maior beneficiada (90%), seguida pelos estudantes (64%). Os que menos têm ações específicas direcionadas são os funcionários de empresas parceiras (12%), gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (12%), pessoas atendidas por hospitais, creches e asilos (14%), mulheres (16%) e afrodescendentes (20%).

Os trabalhadores da cultura da região veem as empresas privadas (30%) e o Estado (38%) como responsáveis pelo fomento à cultura, e acreditam ser necessário maior empenho deles em sua promoção. No entanto, mostrou também que seus gestores buscam pela comodidade que o paternalismo estado/empresas oferece.

Os dados apresentados, somados a 4% das instituições que afirmaram possuir recursos suficientes para o desenvolvimento de seus projetos levaram à confirmação de que as políticas públicas de cultura na Zona da Mata Mineira precisam ser ampliadas. E, para isso as leis de incentivo Federais, Estaduais e Municipais que foram tratadas no tópico anterior, são de fundamental importância.

Sobre as políticas públicas de cultura realizadas especificamente por empresas privadas, as opiniões se concentraram no fato de que as empresas devem contribuir com mais recursos próprios e não apenas por meio de isenção fiscal, 74%. Apenas, 4% consideram o que é oferecido pelas empresas suficiente para sanar os problemas fora do alcance do Estado e 2% que o investimento em cultura só é realizado como recurso de *marketing*. Sendo assim, esclareceu também que os trabalhadores da cultura estão conscientes do dever das empresas em investir em projetos culturais da região de onde retiram seus dividendos. Resta, então, aos empresários, a consciência de que é impossível desvincular a atuação da empresa na comunidade do valor de seus produtos e, se esta não investir no futuro da comunidade, terá problemas em garantir sua própria sobrevivência.

A respeito dos obstáculos e/ou vantagens no desenvolvimento dos projetos, além das dificuldades financeiras, unanimidade nas respostas dos entrevistados, ainda foram citados como entraves na promoção da cultura a falta de interesse pelas ações culturais, a burocracia dos órgãos públicos, a pouca valorização da comunidade, a falta de responsabilidade social de empresas, a escassez de pessoal capacitado, as mudanças políticas, a inexistência de políticas públicas, e a cultura como um privilégio das elites. As vantagens apareceram em número reduzido passando uma ideia contraditória ao que foi coletado durante as entrevistas qualitativas com os secretários de cultura. A conclusão que se chegou é que isso acontece porque, além de os obstáculos serem reais, as políticas públicas de cultura ainda não chegaram às cidades de pequeno porte, nem mesmo timidamente. Apesar disso, os gestores culturais, ao descreverem os projetos desenvolvidos em suas instituições, apresentam ações significativas em prol da cultura em cidades com menos de 40 mil habitantes.

O que prevalece entre a maioria das prefeituras pesquisadas é o fato de não possuírem órgãos exclusivos para o apoio à cultura e buscarem maneiras muitas vezes limitadas de desenvolver suas ações. Muito ainda há que se fazer pela cultura

no que cabe ao poder público municipal. Por esse motivo, vale ressaltar exemplos de ações que podem servir de modelo para criação de novas políticas públicas.

As cidades, segundo seus gestores culturais, mesmo enfrentando problemas comuns à cultura, como as constantemente lembradas falta de verbas, infraestrutura e mão de obra qualificada, dizem valorizar o patrimônio e o que é produzido localmente, além de buscar oportunizar o contato de seus moradores com manifestações artísticas diversificadas. A música, o folclore, a dança, a poesia, o artesanato, as artes plásticas são as principais. Desenvolvem também projetos de educação patrimonial e cultural na comunidade escolar e atuam na busca por talentos custeando materiais necessários ao trabalho e promovendo eventos que divulguem os artistas. Algumas possuem espaços destinados exclusivamente ao teatro, exposições, festivais e festas regionais, conselho de patrimônio cultural e Fundo Municipal do Patrimônio Cultural.

Os recursos utilizados para investimentos em ações culturais são obtidos por meio de leis de incentivo, empresas privadas, da própria prefeitura e de parcerias com outras instituições. Na maioria das cidades de pequeno porte, a promoção das ações culturais fica a cargo da prefeitura e é realizada por secretarias mistas responsáveis, além da cultura, pela educação, o esporte, o lazer e o turismo.

Os municípios de Além Paraíba, Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Muriaé, Ubá e Viçosa apresentaram, durante a pesquisa quantitativa da primeira fase da pesquisa, as melhores iniciativas quanto à promoção de políticas públicas de cultura, entre as cidades que responderam ao questionário. Os critérios para essa identificação abrangeram a diversidade do trabalho nelas desenvolvido, o número de beneficiados, o empenho das empresas privadas e o fato de serem as maiores cidades da região em número de habitantes. Por esses motivos, também foram selecionadas para a pesquisa de atualização dos dados em 2012, tornando-se importantes referências para este trabalho.

As políticas culturais em Além Paraíba são desenvolvidas em seus bairros, ruas, praças e em cinco prédios especialmente

preparados para a função – Casa de Cultura José Ruy da Cunha Moreira, Espaço Artes, Centro Ferroviário de Cultura, Cine Teatro Brasil e o Museu de História e Ciências Naturais. O Centro Ferroviário de Cultura abriga a Biblioteca Municipal Otacílio Coutinho, o Museu Ferroviário Professor Victor José Ferreira e o Museu do Cine Brasil, que contam, por meio de peças, equipamentos, fotos e documentos a história da ferrovia e do cinema locais. O Museu de História e Ciências Naturais é a única instituição no município que tem se beneficiado pela Lei de Incentivo à Cultura de Minas Gerais, do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais e da Lei Rouanet e, apesar de sua gestão, considerar como maior dificuldade para o desenvolvimento de suas ações o processo de captação de recursos nas empresas, reconhece que foi a partir delas que se obteve o restauro do Museu e se ampliou suas atividades. Somados esses espaços culturais, festivais de música, bibliotecas fixas em prédios municipais e sobre rodas que correm os bairros em busca dos leitores, contadores de histórias, artesanato, museus ferroviário, de cinema e de ciências e histórias naturais, orquestras de violão, encontro de bandas, corais e grupos de seresteiros se multiplicam com força equivalente às das águas caudalosas do rio Paraíba do Sul, que corta a pequena cidade e fazem das políticas culturais desenvolvidas representativas na região.

Cataguases, cidade de identidade modernista, é conhecida nacionalmente por ter desenvolvido ações culturais por meio do cinema de Humberto Mauro, da literatura dos “Verdes”, da arquitetura de Niemeyer e da obra de Portinari. Além destes, a partir de 1984, teve início, a partir do investimento de empresas locais, a criação de instituições que visam alavancar a cultura entre os munícipes. Esse empreendimento, tão apreciado e elogiado ao longo de sua história, pode ser a causa, segundo trabalhadores da cultura da localidade e região, da acomodação do poder público na promoção de políticas públicas de cultura, observado na primeira fase desta pesquisa. O município conta com quatro instituições culturais de peso mantidas por empresas e por leis de incentivo estadual e federal. A Fundação Simão José Silva (FSJS), criada em 1984, é a mais antiga delas. A

maior parte de suas verbas é proveniente do Grupo Bauminas, mas também utiliza recursos originários de isenção fiscal. A FSJS possui ações voltadas para as escolas, mas tem na comunidade em geral a formação de seu principal público. A Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho (FCOJB) foi criada em 1985 e é mantida pelo Grupo Energisa. Os projetos que realiza conta com parcerias de outras empresas, com a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e o Ministério da Cultura. Desenvolve atividades não só em Cataguases, mas em outras cidades de Minas Gerais e nos Estados da Paraíba, Rio de Janeiro e Sergipe. No ano de 1999, foi inaugurado o Instituto Francisca de Souza Peixoto (IFSP), instituição mantida pela Companhia Industrial Cataguases, por meio da venda do resíduo do algodão, parcerias com outras empresas da região, com a prefeitura e leis de incentivo. A instituição tem como objetivo gerar qualidade de vida e desenvolvimento para a comunidade de Cataguases, e seus projetos sociais atendem anualmente mais de 37 mil pessoas de todas as idades, sendo a maioria crianças e adolescentes. O Instituto Cidade de Cataguases (ICC) é uma associação criada em 2003 em torno de uma rede cooperação horizontal na perspectiva de um projeto de longo prazo, de interesse público, com meta de impacto geracional. Desde então, é mantido a partir da realização de diversos projetos com recursos provenientes de fundos públicos, leis de incentivo, parcerias, patrocínios e prestação de serviços, integrando um amplo Programa de Cultura e Desenvolvimento Local, iniciado em 2002, em Cataguases, envolvendo inúmeras lideranças culturais, educacionais, empresarias e sociais, de instituições da sociedade civil, empresas e governos na região. Em 2005, com a inauguração da Fábrica do Futuro – Incubadora Cultural do Audiovisual e das Novas Tecnologias, realizou suas primeiras ações de formação, em especial, para e com a juventude local, com objetivo de criar e difundir conteúdos audiovisuais, culturais e educativos, além de buscar, na apropriação social de novas tecnologias, a promoção de oportunidades para modelos de trabalho e empreendimento. Organizações de menor porte, mas de real importância, também

favorecem o ambiente cultural em Cataguases. Entre elas, destaca-se a Associação dos Criadores de Arte de Cataguases (ACRIAR), fundada por artistas da cidade com o objetivo de se organizarem para a produção de política cultural, dos eventos criados por cidadãos independentes e dos movimentos religiosos em prol da cultura afro-brasileira. Todos são exemplos de iniciativas que surgem como frutos de uma cidade conhecida por sua produção cultural.

Em meio a essa profusão de ações, o poder público municipal faz tentativas, ainda modestas, em meio a efervescência natural da cultura presente em Cataguases, mas não se pode negar os avanços por meio de parcerias, da desapropriação do prédio que abriga o Cine Edgar para futuro restauro, a locação em sede própria da Biblioteca Municipal Ascânio Lopes e a criação de Centros Culturais nas estações ferroviárias dos distritos após os devidos reparos nas instalações. Atrelado a isso, mesmo com todas as adversidades, os trabalhadores do quadro fixo da cultura vêm desenvolvendo projetos de educação patrimonial que valem ser destacados também como importantes políticas públicas de cultura promovidas pelo município.

Juiz de Fora é hoje referência em diversificados âmbitos das políticas públicas, comércio, empregabilidade, lazer e gastronomia. No que se refere ao objeto deste estudo, conta com diferentes tipos de instituições culturais mantidas pela iniciativa privada, religiosa, civil, por associações, por meio de leis de incentivo estadual e federal, patrocínios, cooperação internacional ou contribuições, pelos Pontos de Cultura, subsidiados pelo governo federal, espalhados pelos bairros e, principalmente, pelo poder público municipal.

Mais antiga que o próprio Ministério da Cultura, criado em 1985, a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), fundada em 14 de setembro de 1978, é a responsável pela maior parte das políticas públicas de cultura promovidas pelo poder municipal. Privilegia diversificadas formas de manifestações artísticas, das eruditas às populares, além de dar continuidade às ações desenvolvidas nas administrações anteriores. Além da FUNALFA, a Prefeitura de Juiz de Fora é responsável pelo

Museu Mariano Procópio e pelo parque em seu entorno, espaços livres para estudantes, pesquisadores, namorados, crianças, senhores e senhoras em busca de conhecimento, romantismo e diversão. A existência do Museu e seu acesso pelo público é política pública de cultura de representatividade na cidade e região e já bastaria para ser mapeado nesta pesquisa. Com a criação da Fundação Museu Mariano Procópio (MAPRO), em 2001, e, conseqüentemente, a implantação de projetos culturais direcionados especialmente às crianças e jovens, os motivos para destacá-lo como representante de políticas culturais aumentaram.

Em Juiz de Fora, as políticas públicas de cultura são muitas e diversificadas e os centros culturais são encontrados a poucos metros uns dos outros. O problema é que as pessoas ainda não têm consciência de que tudo isso lhes pertence; mais do que o consenso entre os trabalhadores da cultura da região, de que para que isso se resolva seja necessário divulgação, o que é preciso mesmo é educação e conscientização. O Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM) vem se destacando nessa iniciativa, apesar de seus gestores alegarem que a circulação em seus espaços culturais ainda é pequena. Ligado à Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora, tem suas ações mantidas pelo Governo Federal. Conta com galerias para exposições de artes plásticas, um amplo auditório, espaço de restauro de livros, obras de arte e biblioteca.

Pela relevância das políticas públicas de cultura, Juiz de Fora deve ser considerada referência cultural para as demais cidades da Zona da Mata Mineira, por um lado, assim como já o é em saúde e educação. Por outro lado, não se considerar autossuficiente e buscar a influência mútua em pequenos e grandes centros, seja por meio da inspiração em viradas culturais internacionais ou da troca durante os festivais de teatro e dança na cidade, a torna a cada dia mais atrativa e consolidada culturalmente.

Leopoldina, cidade típica do interior, foi onde o pernambucano Augusto dos Anjos passou os últimos anos de sua vida e está enterrado. Em retribuição a acolhida, o poeta a

escolheu para guardar seus objetos pessoais, móveis e manuscritos. Para realizar o desejo do ilustre morador, a casa onde morou foi comprada pela prefeitura e passou por restauração e ampliação sendo transformada no Museu Espaço dos Anjos, podendo, então, abrigar seus pertences e torná-los acessíveis ao público. O poeta, no entanto, teria sua conhecida angústia ampliada se soubesse que a cidade que o encantou adormeceu culturalmente. Apesar de possuir uma pasta para a cultura desde 2005, apenas a partir de 2009 conta com gestão direcionada. Leopoldina é palco de políticas culturais desenvolvidas por instituições distintas, como é o caso do GEDEC Teatro de Rua, conduzido por organização religiosa; do Festival de Viola e Gastronomia de Piacatuba e da Casa de Leitura Lya Maria Müller Botelho, organizados e mantidos pelo Grupo Energisa; do Conservatório de Música Lia Salgado, mantido pelo Estado de Minas Gerais em parceria com o município; da Academia Leopoldinense de Letras e Artes; do Festival de Charretes no distrito de Piacatuba, realizado por iniciativa civil; da Feira Regional de Artesanato e Feira da Paz, pela Associação das Pioneiras de Leopoldina; da Casa de Cultura de Piacatuba e das criações recentes do projeto de educação patrimonial; do Arquivo Público Municipal; e do Festival de Banda de Praça, todos sob a responsabilidade da prefeitura. Além disso, a cidade é uma das poucas da Zona da Mata Mineira a contar com um conselho de cultura.

É preciso levar em consideração a representatividade de algumas cidades na Zona da Mata Mineira no que se refere a políticas públicas de cultura. Muriaé é uma delas. Suas ações em prol da cultura são realizadas desde 1998 pela Fundação de Cultura e Artes de Muriaé (FUNDARTE). Além da preservação dos bens tombados, única preocupação aparente das políticas públicas culturais em grande parte das cidades do interior, a FUNDARTE mantém um calendário regular de atividades culturais e de lazer. Entre os projetos mais significativos, estão as Escolas Municipais de Arte, que têm como foco o teatro, a dança, as artes visuais, o audiovisual e a música, e que objetivam mais que a descoberta de talentos, a criação de público artístico.

Nos últimos dois anos, Muriaé exerceu fundamental influência na criação do Consórcio Intermunicipal de Cultura da Zona da Mata de Minas Gerais, que busca unir forças pela cultura da região, e dos quais fazem parte também os municípios de Cataguases e Itamarati de Minas. O consórcio, além de planejar e executar projetos e programas para o desenvolvimento da cultura, busca especialmente ampliar as atividades do Polo Audiovisual da Zona da Mata. Mesmo sendo uma das cidades que lideram as ações das políticas públicas de cultura na Zona da Mata Mineira, Muriaé também enfrenta obstáculos para a concretização de suas ações. A falta de verba para projetos culturais, como a existente na educação, por um lado é o principal deles. Por outro, pode-se considerar como vantagem comparativa, as parcerias público e privadas, que são hoje instrumentos em proveito do desenvolvimento da cultura.

Somando esforços ao trabalho da FUNDARTE, está o Movimento Pró-Cultura de Muriaé, ONG criada em 2001 que tem como objetivo a promoção da cultura como elemento transformador da sociedade. Fundado por um grupo de jovens ligado à Pastoral da Juventude, atua como Ponto de Cultura em comunidades carentes, promovendo atividades diversas, buscando difundir cultura, arte, educação, cidadania e consciência ecológica.

Música, poesia, literatura, teatro estão gravados na história de Ubá, a “cidade carinho” da Zona da Mata Mineira. Entre seus filhos ilustres, estão Antonio Olinto, um dos imortais da Academia Brasileira de Letras, Ascânio Lopes, poeta de vida breve, mas de importância na literatura modernista, o cantor Nelson Ned, o ator Mauro Mendonça e o criador de *Aquarela do Brasil*, compositor e radialista, Ary Barroso. Além destes, possui artistas de segmentos diversificados como os componentes da centenária Banda 22 de Maio. Diante dessa história cultural abrangente, seus trabalhadores da cultura se ressentem pela perda da identidade cultural ubaense. Acreditam que essa identidade se desvaneceu por má vontade política no decorrer dos anos, quando os representantes da cultura não deram seguimento às realizações de seus antecessores. Devido

a isso e por acreditar ser Ubá um “celeiro de talentos”, busca-se o resgate da memória cultural da cidade e desenvolve-se políticas públicas em que todas as manifestações artísticas são prioridade. “O artista deve ter abertura e incentivo para criar o que quer”¹, e o público deve ter acesso a diversificadas manifestações culturais e assim poder fazer suas escolhas entre a banda de música e o *rock*, as artes plásticas e o artesanato, o balé e a capoeira, o erudito e o popular ou, se assim quiser, optar por todas. Ubá é mais uma cidade da região que ainda não se beneficia das leis de incentivo à cultura estadual e federal, além de não contar com uma municipal. Suas ações são realizadas por meio de recursos próprios e parcerias no Centro Experimental de Artes, espaço público onde são oferecidas dezesseis modalidades artísticas.

Viçosa tem sua vida influenciada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), sobretudo na educação, mas na economia, nos serviços públicos, na saúde e na cultura, tema de interesse deste artigo. A UFV mantém museus de anatomia, mineralogia, zoologia, de seu acervo histórico, auditórios, uma das maiores bibliotecas da América Latina, espaço para exposições de artes visuais, pinacoteca, além da Casa Arthur Bernardes, que reúne peças e documentos relacionados com os fatos históricos da vida do presidente Arthur da Silva Bernardes, fundador da Universidade. A UFV é, sem nenhuma dúvida, referência em educação em Viçosa e região, mas, quando se trata de políticas culturais, a representação é de competência da ONG Humanizarte. Tem como principal objetivo “humanizar a arte de fazer o melhor possível pelo ser humano”² e, para isso concentra suas ações nas áreas de cultura, educação, esporte e meio ambiente. Tem como parceiros o Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Cultura, e a UFV, e está alicerçada em quatro eixos que demarcam seus projetos: TIM Grandes Escritores, Minas Olímpica, Reciclarte e Programa TIM ArtEducação.

As políticas públicas de cultura promovidas pelo município

¹ Comunicação à autora em 2009.

² HUMANIZARTE. Disponível em: <<http://www.humanizarte.org.br>>. Acesso em: 18 out. 2013.

estão sob a responsabilidade do Departamento de Cultura e Patrimônio de Viçosa. A gestão do Departamento ainda não está plenamente satisfeita com o que foi feito e reforça a fala de outros representantes da cultura da região ao lamentar o “engessamento” das verbas culturais. Reconhece que o Centro Experimental de Artes, que atende crianças carentes nas áreas de artes plásticas, capoeira, contação de histórias, dança, viola e banda de música, precisa de reestruturação para que as atividades realizadas sejam desenvolvidas com maior êxito e que é necessário oferecer aos cidadãos investimento ainda maior na área de patrimônio e capacitação aos colaboradores da cultura.

Com a apresentação da cidade de Viçosa, encerra-se a transcrição dos dados obtidos por meio da pesquisa quantitativa, assim como os relatos das políticas públicas de cultura diagnosticadas pela pesquisa qualitativa nas cidades de maior representatividade na área de 2009 a 2012. Tudo o que foi exposto mostra que, para a criação e realização de políticas culturais efetivas, é necessário, além de interesse dos poderes públicos e privados, de pessoal capacitado, de boa vontade e do tão reclamado e importante orçamento a ser destinado à cultura. Este trabalho busca contribuir para a elevação e consolidação da cultura entre os indivíduos, longe de manipulações, de minimalismos e qualquer outra forma de arrefecimento da cultura. No próximo e último tópico, procura-se mostrar a importância de se investir na cultura para o empoderamento social.

Promoção da cultura: vocação, vontade e gosto

A pesquisa que deu origem a este artigo teve como objetivo principal o mapeamento das políticas públicas de cultura desenvolvidas por empresas, ONGs culturais, institutos, fundações e pelos governos federal, estadual e municipais na Zona da Mata Mineira, assim como a realização de diagnósticos e prognósticos, com o intuito de contribuir para seu crescimento e potencialização. Entre os principais arremates a que se chegou por meio deste estudo, o de maior relevância e que deve ser destacado desde o início é que, quando se associa

os resultados das pesquisas quantitativa e qualitativa, constata-se que, apesar das constantes queixas quanto à falta de recursos financeiros, infraestrutura, mão de obra qualificada, entre outras sobre os mais variados problemas, as instituições têm realizado nos últimos anos projetos que conferem às políticas culturais patamar elevado.

No que se refere ao teor quantitativo, os dados reunidos apontaram para conclusões que puderam ser sumariadas, destacando os pontos que se considerou de relevância a todos os entrevistados: há um crescimento notório na criação de instituições culturais a partir de 1999; as prefeituras são as principais apoiadoras da cultura, exceção feita à cidade de Cataguases; entre as principais carências institucionais estão a falta de verbas, infraestrutura e pessoal qualificado; o *marketing* cultural é usado por metade das instituições; existe carência de colaboradores com formação superior e os cursos de capacitação oferecidos não levam em conta a atividade que exercem; procura-se dar apoio a diversificados gêneros socioculturais; o percentual de beneficiados é significativo, levando-se em consideração o número de habitantes das cidades; e o público-alvo possui faixa etária e características distintas, no entanto são nos jovens e na comunidade que as instituições concentram suas atenções quando criam seus projetos.

A parte qualitativa do primeiro questionário apresentou as características das políticas públicas oferecidas às cidades com menos de 40 mil habitantes e por meio dela, pôde-se localizar projetos que, além de beneficiar a cultura, também movimentam a economia local. É o caso do “Festival de Gastronomia e Viola” em Piacatuba, distrito de Leopoldina, do “Festival Aaulfo Alves de Samba e Culinária de Botequim” em Miraí, das festas regionais e dos Pontos de Cultura incentivados pelo Governo Federal que buscam a sustentabilidade dos projetos.

Ainda na primeira entrevista, diagnosticou-se o trabalho desenvolvido pelas instituições mantidas por empresas privadas, que tem como principais apoiadoras a “Companhia Industrial Cataguases”, o “Grupo Energisa” e o “Grupo Bauminas”. Cataguases é a cidade que mais se beneficia desse modelo de

política pública de cultura, e é devido ao fato que se encontra entre as principais cidades que promovem cultura na região. A empresa que se mobiliza no apoio a projetos culturais, além de trazer benefícios para a comunidade onde está inserida, promove seu trabalho e todos se beneficiam.

No segundo questionário, eminentemente qualitativo, foram encontradas características peculiares da cultura das sete cidades de maior representatividade em políticas culturais na região - Além Paraíba, Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Muriaé, Ubá e Viçosa - e apresenta os esforços na sua promoção entre os municípios. É visível e notória a força da produção cultural nessas localidades e entre os principais motivos para o sucesso das ações estão gestores comprometidos, leis de incentivo municipais, estadual e federal e o empenho de empresas.

Em face aos diversos diagnósticos sintetizados anteriormente, os seguintes prognósticos envolvem, inexoravelmente, o futuro da modelagem institucional dos programas sociais desenvolvidos na Zona da Mata Mineira:

- a) desenvolver capilaridade – os projetos culturais precisam atingir maiores segmentos da população, especialmente os mais pobres;
- b) ações de vascularidade – há pouca ou nenhuma iniciativa de “vasos comunicantes” entre os diferenciados projetos, que precisam “se conhecer”, trocar experiências, laços sociais, iniciativas efetuadas, criatividade na elaboração, formatos de execução e congêneres;
- c) “desentocar-se...” – os programas e seus executores estão muito voltados para ações locais. É preciso, também, como ponto fulcral, “sair da toca...”. Não obstante, é enorme a querela em políticas públicas de cultura, se os programas devem “ir ao povo...” ou “trazer o povo para dentro dele...”, a resposta pode ser: ambas as coisas;
- d) desenhar novos projetos – novos projetos, com novos “desenhos” e concepções, devem ser esboçados, para posterior execução e, por conseguinte, melhorar a visibilidade e atrair novos parceiros na captação de recursos;
- e) banco de dados – os projetos, mesmo aqueles apenas

esboçados, devem compor banco de dados das prefeituras, visando a prestação de serviços para a região e a futura liderança nas faculdades e setores educacionais/culturais;

f) avaliação externa anual – os programas necessitam de pelo menos uma avaliação externa geral e anual, inserindo a comunidade como ponto crucial;

g) desenho participativo – a modelagem de novos projetos necessitará de participação ativa da comunidade, ao menos no levantamento de sugestões básicas.

A preservação patrimonial, o folclore, o artesanato, o teatro, as artes plásticas e o audiovisual são as que terão maior incentivo. A tendência é que as instituições já existentes cresçam e que novas sejam criadas por meio das leis de incentivo, que possam alcançar o interior do Estado e do poder público. No entanto, há que se ressaltar que para obter sucesso e atingir seus objetivos serão necessários também investimentos imateriais, como a capacitação de seus gestores e colaboradores, a compreensão de políticos e da comunidade local sobre a importância das produções de bens e serviços culturais, destacando que estas devem ser continuadas e trabalhar a diversidade.

Para se promover a cultura, é preciso vocação, é preciso vontade, é preciso gosto. Pouco se conseguirá se a responsabilidade pela cultura for posta em mãos dos que só visam o lucro e o poder. O ideal seria se ao artista fosse dado o controle e como desejou Weber (1983) a arte se elevasse a ciência e o artista ao nível de um doutor. Para uma sociedade enriquecer é preciso que as pessoas sejam cultas; o país será mais rico quanto melhor forem as pessoas; a cultura é fundamental para o desenvolvimento da sociedade; e não há desenvolvimento econômico que menospreze, que agrida a tradição cultural. Só o contato com uma obra de arte, a literatura ou qualquer outra manifestação artístico-cultural faz repensar, enriquece o indivíduo. É simplesmente injusto que bens culturais sejam restritos a poucos. É preciso lembrar que cultura é muito mais do que artes, é a maneira de viver, o jeito de ser, não existe cultura melhor ou mais importante que a outra.

O que se pretendeu com o mapeamento e com o estudo aprofundado das instituições culturais, assim como a análise de ações, foi colaborar para que os mineiros do interior do Estado possam em sua plenitude se apropriar do conhecimento, reconhecer-se em sua cultura e contribuir para que as políticas públicas de cultura se consolidem e se qualifiquem. Existe a necessidade de capacitar os que estão à frente da elaboração das políticas culturais para serem capazes de criar projetos que valorizem a cultura local e que também apresentem diversificadas atividades artísticas, oferecendo, assim, real oportunidade de escolha às pessoas. É o que se pretende a partir de agora; como não é possível fazê-lo a sós, fica o convite para que outros pesquisadores, professores, empresários, políticos e amantes da cultura possam colaborar na construção de um trabalho sólido que contribua para o conhecimento e crescimento da sociedade.

Referências

ABREU, A. V. T. *O cultivo de sonhos: uma cartografia das políticas públicas de cultura da zona da mata mineira*. Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia estatística (IBGE). *Pesquisa de informações Básicas Municipais – perfil dos municípios brasileiros – 2006*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/mS9tN9>>. Acesso em 10 dez. 2013.

CALABRE, L. *Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador, 2007.

HUMANIZARTE. Disponível em: <<http://goo.gl/Z7T4zQ>>. Acesso em: 18 out. 2013.

SALGADO, G. B. *Fabulação e fantasia: o impacto da hipermídia no universo simbólico do leitor*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

SALGADO, G. B. *Desigualdades culturais e modernidade periférica*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu, MG. *Paper...* Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, MG, 2007.

STARLING, M. Estado e políticas públicas de cultura: os desafios da descentralização. In: DRUMMOND, A. (Org.). *Cidades e políticas públicas de cultura*. Belo Horizonte: Artmanagers, 2012. p. 145-168.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. Brasília: UnB, 1983.

WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Cultural policies: expansion and maturing

Abstract

Public cultural policies are agenda of major studies, national and international debates for being as important as health, security, housing and education. Investigations are still needed in small municipalities hinterland. And it is this gap that this paper seeks to reduce bringing to the political and academic debate the public policies in the Zona da Mata Mineira. A mapping of its institutions, actions and culture programs through quantitative and qualitative research interviews with their managers was made for this. And when combining their results it appears that despite the genuine complaints about the lack of financial resources, infrastructure and skilled manpower, institutions have been performing projects that provide high level cultural policies. However, in order to achieve their goal will also be needed immaterial investments such as training its managers and employees, politicians and the local community understanding about the importance of the production of cultural goods and services, highlighting that these should be continued and work the diversity.

Keywords: policies, public, cultural